

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO - 20\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o país	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO Por cada duas páginas...	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMARIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 4/88:

Nomeia António Pedro Monteiro Lima, Ministro Plenipotenciário, para exercer as funções de director-geral dos Assuntos Políticos, Económicos e Culturais, cumulativamente com as suas funções de embaixador.

CHEFIA DO GOVERNO:

Despacho n.º 2/88:

Nomeando Carolino Henriques Fortes Dias para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Delegado do Governo da Ilha do Maio.

CHEFIA DO GOVERNO E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despacho n.º 3/88:

Fixando ao artista popular, Gregório José Gonçalves a pensão anual de 120 000\$.

Despacho n.º 6/88:

Fixando em 9 000\$ mensais, o subsídio de renda de casa a conceder às entidades referidas no artigo 1.º do Decreto n.º 91/87.

CHEFIA DO GOVERNO:

Despacho n.º 9/88:

Estabelecendo medidas que visam regular o cumprimento das obrigações assumidas para com o Estado, pelos quadros que tenham beneficiado de bolsas de estudo.

Despacho n.º 10/88:

Nomeando a Camarada Paula Maria Fortes para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Delegado do Governo da ilha do Sal.

Despacho n.º 12/88:

Designando o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, Camarada João de Deus Maximiano, para exercer a tutela da Imprensa Nacional.

Despacho:

Louvando o Camarada Daniel Cardoso pela alta qualidade do serviço prestado à Administração Pública no desempenho das suas funções de Director do CENFA.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despacho:

Homologando o Tribunal de Zona de Cova Figueira, com sede na Região Judicial do Fogo.

Despacho:

Homologando o Tribunal de Zona de Lagariça, com sede na Região Judicial do Fogo.

Despacho:

Homologando o Tribunal de Zona de Tongom-Cutelo, com sede na Região Judicial do Fogo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:

Despacho:

Designando os elementos que integram a Comissão Instaladora.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais

Anúncios judiciais e outros.

NOTA:—No dia 21 de Dezembro do ano findo, foi publicado um Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 51/87, com o seguinte sumário:

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, COMÉRCIO E TURISMO:

Portaria n.º 76/87:

Aprova a nova Tabela Geral de Emolumentos da Capitania dos Portos e regula os termos da sua aplicação.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Fortarias n.ºs 77/87, 78/87, 79/87, 80/87, 81/87, 82/87, 83/87, e 84/87:

Reforçam algumas verbas do orçamento Geral em vigor, atribuídas ao Gabinete do Primeiro Ministro e aos Ministérios que indica.

Ministério da Administração Local e Urbanismo:

Direcção-Geral de Administração Local.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 4/88

de 23 de Janeiro

No uso da competência conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único: É nomeado António Pedro Monteiro Lima, Ministro Plenipotenciário, para exercer as funções de director-geral dos Assuntos Políticos, Económicos e Culturais, cumulativamente com as suas funções de Embaixador.

Pedro Pires — Silvino da Luz — Arnaldo França — Renato Cardoso.

Promulgado em 14 de Janeiro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

—oço—

CHEFIA DO GOVERNO

Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho n.º 2/88

Carolino Henriques Fortes Dias, funcionário do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Delegado do Governo da ilha do Maio, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 47/75 de

16 de Novembro, artigo 35.º do Estatuto do Funcionário e n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Julho.

(Isento de visto nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 152/79, na nova redacção dada pelo artigo 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 9/81, de 11 de Fevereiro).

Gabinete do Primeiro Ministro, 5 de Janeiro de 1988.
—O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

—oço—

CHEFIA DO GOVERNO

E

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 3/88

Nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 119/87, de 14 de Novembro, é fixada ao artista popular, Gregório José Gonçalves, a pensão anual de 120 000\$.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1988.

Gabinete do Primeiro Ministro e do Ministro Adjunto do Ministro das Finanças, 11 de Janeiro de 1988.—O Primeiro Ministro, *Pedro Pires* — O Ministro Adjunto do Ministro das Finanças, *Arnaldo França*.

Despacho n.º 6/88

Ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 97/87, de 22 de Agosto, é fixado em 9 000\$ mensais o subsídio de renda de casa a conceder às entidades referidas no artigo 1.º do citado decreto quando por qualquer circunstância não ocupem moradias do Estado.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1988.

Gabinete do Primeiro Ministro e do Ministro Adjunto do Ministro das Finanças, 13 de Janeiro de 1988.—O Primeiro Ministro, *Pedro Pires* — O Ministro Adjunto do Ministro das Finanças, *Arnaldo França*.

—oço—

CHEFIA DO GOVERNO

Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho n.º 9/88

Considerando a necessidade de moralizar o relacionamento entre os quadros que tenham beneficiado de bolsas de estudo e o Estado, por forma a que aqueles cumpram plenamente as obrigações assumidas;

Considerando os inconvenientes para o país decorrentes do não cumprimento dessas obrigações;

Considerando o disposto no artigo 13.º do Diploma Legislativo n.º 1/87, de 10 de Janeiro bem como no artigo 10.º do Diploma Legislativo n.º 83/81, de 18 de Julho e 8.º do Decreto n.º 114/81, de 19 de Setembro;

* Decreto *

Determino:

1 — Antes de exonerar ou de qualquer outro modo libertar os funcionários da prestação de serviço devido ao Estado, os membros do Governo devem verificar se aqueles que tiverem sido bolseiros cumpriram as suas obrigações perante o Estado.

2 — Em caso do incumprimento o processo de exoneração ficará pendente, nos termos da lei, do pagamento da indemnização devida ao Estado ou de entendimento passado entre o bolseiro e o Ministério das Finanças que determine os montantes em dívida, a forma e o prazo de pagamento e as garantias.

3 — O Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Administração Pública fornecerão aos demais serviços do Estado as informações necessárias à execução deste despacho.

4 — A Secretaria de Estado da Administração Pública deverá proceder ao arrolamento de todos os quadros que tenham sido bolseiros que já se desligaram do serviço público sem que tenham cumprido os seus compromissos para com o Estado.

Gabinete do Primeiro Ministro, 14 de Janeiro de 1988.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho n.º 10/88

Paula Maria Fortes, técnica de 2.ª classe, do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Delegado do Governo da Ilha do Sal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 47/75 de 16 de Novembro, artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo e n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Julho.

(Isento de «visto» nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 152/79, na nova redacção dada pelo artigo 1.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 9/81, de 11 de Fevereiro.

Gabinete do Primeiro Ministro, 15 de Janeiro de 1988.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho n.º 12/88

Designo o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, Camarada João de Deus Maximiano, para, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 28/87, de 21 de Março, exercer a tutela da Imprensa Nacional a partir da presente data.

Gabinete do Primeiro Ministro, 18 de Janeiro de 1988.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Secretaria de Estado
da Administração Pública

Despacho

Considerando que desde o início do trabalho do CENFA este foi organizado e orientado pelo Camarada Daniel Cardoso;

Considerando o empenho e dedicação pessoal que o referido Camarada votou à criação, organização e funcionamento da instituição ora existente;

Considerando o trabalho meritório realizado pelo CENFA sob sua orientação de que é reflexo o prestígio e a consideração que hoje goza a instituição;

Louvo o Camarada Daniel Cardoso pela alta qualidade do serviço prestado à administração pública caboveredana no desempenho das suas funções de Director do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo de 1978 a 1987.

Secretaria de Estado da Administração Pública, 9 de Janeiro de 1988. — O Secretário de Estado, *Renato Cardoso*.

o

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete de Apoio e Dinamização
dos Tribunais de Zona

Despacho

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/77 de 12 de Fevereiro, na redacção introduzida pelo n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/79 de 31 de Dezembro, homologo o Tribunal de Zona de Cova Figueira, com sede na Região Judicial do Fogo e a composição que abaixo se indica:

Membros efectivos:

- 1 — José Gomes Monteiro;
- 2 — Guilherme Vieira Fontes;
- 3 — Mário Centeio Lopes;

Membros suplentes:

- 1 — Avelino da Graça;
- 2 — Carlos Alberto Monteiro;
- 3 — António Gonçalves Fontes;

Ministério da Justiça, 3 de Dezembro de 1987. — O Ministro, *José Eduardo Figueiredo Araújo*.

Despacho

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/77 de 12 de Fevereiro, na redacção introduzida pelo n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/79 de 31 de Dezembro, homologo o Tribunal de Zona de Lagariça com sede na Região Judicial do Fogo e a composição que abaixo se indica:

Membros efectivos:

- 1 — João de Deus M. Barbosa;
- 2 — José António V. do Canto;
- 3 — Domingos Gomes Lopes;

Membros suplentes:

- 1 — Américo Ribeiro;
- 2 — João Gomes de Pina;
- 3 — Orlando Alves de Pina.

Ministério da Justiça, 29 de Dezembro de 1987. — O Ministro, *José Eduardo Figueiredo Araújo*.

Despacho

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/77 de 12 de Fevereiro, na redacção introduzida pelo n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/79 de 31 de Dezembro, homologo o Tribunal de Zona de Tongom-Cutelo, com sede de Região Judicial do Fogo e a composição que abaixo se indica:

Membros efectivos:

- 1 — António Lobo;
- 2 — Ernesto Inácio da Silveira;
- 3 — Luis Heleno G. F. Silveira.

Membros suplentes:

- 1 — Simão Vieira;
- 2 — Maria da Luz de Andrade;
- 3 — Manuel António da Silva.

Ministério da Justiça, 29 de Dezembro de 1987. — O Ministro, *José Eduardo Figueiredo Araújo*.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****Gabinete do Ministro****Despacho**

Ao abrigo do disposto no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 116/87 de 6 de Novembro, que define a orgânica do Ministério da Educação;

São designados para integrar a Comissão Instaladora os seguintes indivíduos:

- Esther de Melo Sequeira;
Fernando Jorge do L. Santos da Moeda;
Pedro Nascimento Gomes;
Ilídio Cruz;
Alfredo Teixeira.

Ministério da Educação, 5 de Janeiro de 1988. — O Ministro, *Corsino Tolentino*.

CHEFIA DO GOVERNO**Secretaria de Estado
da Administração Pública****Direcção-Geral da Administração Pública**

Despachos do Camarada Secretário do Conselho Nacional do PAICV:

De 12 de Outubro de 1986:

Aristides Raimundo Lima, técnico superior de 3.ª classe, provisório, do Departamento de Administração e Finanças do Conselho Nacional do PAICV — promovido, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 50.º do Decreto 93/87, de 14 de Setembro, à classe imediata.

Isento de visto e cabimentação, nos termos do Decreto-Lei n.º 73/84, de 28 de Julho.

De 8 de Abril de 1987:

Paulo Mendes Tavares, condutor-auto de 2.ª classe de pesados, provisório, do Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, prestando serviço, em comissão ordinária, no Concelho Nacional do PAICV, nos termos do Decreto n.º 14/77, de 5 de Março — punido com a pena do n.º 9 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo.

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 15 de Outubro de 1987:

Silvério Cardoso Moreira, compositor de 2.ª classe, provisório, da Administração da Imprensa Nacional — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Ambrósio Lopes Monteiro, impressor de 2.ª classe, provisório, da Administração da Imprensa Nacional — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Juvenal Cabral, impressor de 2.ª classe, provisório, da Administração da Imprensa Nacional — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Joaquim Frederico Andrade, compositor de 3.ª classe, provisório, da Administração da Imprensa Nacional — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Juvenal Moreno Tavares, ajudante de imprensa, provisório, da Administração da Imprensa Nacional — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 25 de Novembro:

Sabino Lopes Tavares, ajudante de imprensa, provisório, do quadro da Imprensa Nacional, — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

José Carlos Mendes, ajudante de imprensa, provisório, do quadro da Imprensa Nacional, — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

José Carlos Rodrigues, ajudante de imprensa, provisório, do quadro da Imprensa Nacional — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Mário José Gomes da Costa, ajudante de imprensa, provisório, do quadro da Imprensa Nacional — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Anotados pelo Tribunal de Contas em 15 de Janeiro de 1988).

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 26 de Janeiro de 1987.

José Rui Gonçalves Semedo, guarda prisional de 2.ª classe provisório, da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários com colocação na Cadeia Central da Praia — promovido à classe imediata nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Dezembro de 1987).

De 6 de Abril:

António Varela Júnior, condutor-auto de ligeiros de 2.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro da Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários — promovido à classe imediata nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87 de 14 de Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Dezembro de 1987)

De 3 de Novembro:

Iracema Filomena Sarmento Gonçalves, 4.º ajudante, de nomeação provisória, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, em serviço na Conservatória — Cartório da Região do Fogo — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Ana Maria Barros Andrade, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, em serviço na Conservatória — Cartório da Região do Fogo — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 24 de Dezembro:

Raúl Durão Dias Ferreira, agente da Polícia Judiciária de 1.ª classe definitivo, exercendo em comissão de serviço o cargo de director da Cadeia Central de S. Vicente — dada por finda a referida comissão, com efeitos a partir de 1 de Janeiro do corrente ano.

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas:

De 23 de Novembro de 1987:

José Henrique Veiga Júnior, director regional da Direcção Regional do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas do Fogo — nomeado, para, cumulativamente com as

suas funções, desempenhar as de director do Gabinete do Plano Integrado das Ilhas do Fogo e Brava até à nomeação do director do referido Gabinete:

Despachos do Camarada Ministro da Educação:

De 29 de Agosto de 1987:

Jorge Henrique Duarte Silva Bans e Francisco Lubrano Barbosa Vicente — contratados para, nos termos da alínea e) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, exercerem as funções de professores do 3.º nível, 3.ª classe, da Escola do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosa», com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 3 de Outubro:

Maria de Lourdes Livramento Monteiro — revalidado o contrato de prestação de serviço docente para o ano lectivo de 1987/88, na categoria de professora do 2.º nível, 3.ª classe (posto escolar), com colocação na Escola do Magistério Primário da Praia.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 8:

Joaquim Lopes Fontes — contratado para, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, exercer as funções de professor do 3.º nível, 3.ª classe, da Escola do Ensino Complementar da Brava, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 19.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 3 de Novembro de 1987:

Maria de Lourdes Fonseca — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente da Escola do Ensino Básico Complementar do Paúl.

João Manuel Lima Santos Lopes — contratado, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de contínuo da Escola do Ensino Básico Complementar do Paúl.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 24.ª, código 44-9 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1988).

De 4:

Manuel de Jesus Pereira de Carvalho, habilitado com o curso de Formação de Professores do Ensino Básico Complementar — nomeado, nos termos do artigo 35.º do Es.

tatulo do Funcionalismo, para exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de director da Escola do Ensino Básico Complementar do Maio, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1987.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 18., código 1.2 do orçamento vigente. (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Janeiro de 1988)

De 18:

Cvidio António Monteiro Tavares, professor do 2.º nível, 3.ª classe, do Ensino Básico Elementar — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 24:

Deolinda Lopes Fortes Duarte, professora de posto escolar definitiva — concedida a mudança de escalão correspondente a principal, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 74/86, de 25 de Outubro, conjugado com o artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, de 14 de Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Janeiro de 1988):

De 4 de Dezembro:

Inês Moreira Nunes Tavares, professora de posto escolar de 2.º nível, 3.ª classe, provisória — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 15 de Janeiro de 1988).

De 8 de Janeiro de 1988:

Manuel António Borges Moreira — contratado para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1987/88, na categoria de professor do 3.º nível, 3.ª classe, com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Catarina, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, indo ocupar a vaga deixada por Auriza Moreno Moreira, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 6 de Janeiro de 1988.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 12.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 6 de Maio de 1987:

Dr.ª Edith Maurício Santos, técnica superior de 2.ª classe — designada para exercer o cargo de directora de Farmá-

cia Hospitalar da Praia, cumulativamente com a Direcção Técnica da Farmácia de Achada Santo António, nos termos da Portaria n.º 44/77, de 20 de Agosto.

Dr.ª Maria Alice Lucas Spencer, técnica superior de 3.ª classe — designada para exercer o cargo de directora de Farmácia Hospitalar de S. Vicente, cumulativamente com a Direcção Técnica da Farmácia Higiene da mesma ilha, nos termos da Portaria n.º 44/77, de 20 de Agosto.

Dr.ª Ana Filomena Soares da Cruz, técnica superior de 2.ª classe — designada para exercer o cargo de directora do Depósito Central de Medicamentos da Praia.

Dr.ª Maria Antonina F. Bettencourt Monteiro, técnica superior de 1.ª classe — designada para exercer o cargo de directora do Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos desta Cidade.

De 11 de Novembro:

Maria de Jesus Gomes Monteiro Gonçalves, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, de nomeação provisória, da Direcção-Geral do Trabalho e Emprego — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anulado pelo Tribunal de Contas em 16 de Dezembro de 1987).

De 26:

José Lopes Afonso, professor de posto escolar, contratado — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 12 de Novembro de 1987, que é do seguinte teor:

«Que o examinado se encontra incapacitado definitivamente para o desempenho das suas actividades profissionais».

De 8 de Dezembro:

Maria de Fátima Fidalgo de Fina, auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — concedidos, nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, 6 meses de licença registada, com efeitos a partir do término da licença disciplinar.

De 29:

Idalina Pinto de Figueiredo dos Santos, professora do Ensino Básico Elementar — autorizada a beneficiar em Portugal, das disposições do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 125/79, de 22 de Dezembro.

De 12 de Janeiro de 1988:

Ana Maria Fortes Lima, filha do 2.º, sargento das FARP, António Nascimento Lima — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 7 de Janeiro de 1988, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para o exterior com urgência a fim de ser presente a um centro especializado em Oncologia por estarem esgotados os recursos locais de tratamento».

Obs: Dado à menoridade deve ser acompanhada por uma pessoa de família.

Despachos do Camarada Ministro da Indústria e Energia:

De 7 de Outubro de 1987:

Arturiano Fernandes Batalha Moniz, técnico profissional de 1.º nível, 3.ª classe, do Instituto Nacional de Investigação Agrária — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 38.3, artigo 1.º, n.º 1 do orçamento geral do Estado. (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Janeiro de 1988).

Despachos do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças:

De 9 de Setembro de 1987:

Maria Ramos dos Santos, viúva e representante dos filhos menores de Carolino Livramento Barros, que foi agente das Forças de Segurança e Ordem Pública, falecido no dia 14 de Setembro de 1986 — fixada, nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto n.º 52/75, de 8 de Fevereiro, a pensão de sobrevivência mensal de 3 205\$, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986.

A esta pensão será descontada a quantia de 8 006\$20 em 60 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 129\$70 e as restantes de 133\$50, referente a quotas para a compensação de sobrevivência em atraso.

O encargo resultante tem cabimento na verba do capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 17-B do orçamento para o corrente ano, do Ministério de Finanças. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Janeiro de 1988).

De 20 de Novembro:

Carlos Olavo Faria Monteiro Cardoso — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de secretário de Finanças estagiário, da Direcção-Geral de Finanças.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Dezembro de 1987).

De 2 de Dezembro:

Aldina Delgado de Pina — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Finanças.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 8 de Janeiro de 1988).

De 22:

Roberto Fonseca Andrade, porteiro da Direcção-Geral de Finanças — concedidos 3 meses de licença registada.

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 7 de Janeiro de 1987:

Romualdo Augusto dos Santos Sapinho, exercendo as funções de chefe de trabalho principal, contratado do Ministério das Obras Públicas — rescindido o referido contrato a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Dezembro.

De 13 de Outubro:

António Ferreira Lima Benrós — renovado, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/85, de 12 de Janeiro, e com efeitos a partir de 3 de Agosto, o contrato de prestação de serviços, fora do quadro, mantendo a remuneração equiparada à categoria de verificador-chefe das Alfândegas.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 16 de Novembro:

Carlos Alberto Silva Martins, técnico de 1.ª classe, da Direcção-Geral de Conservação e Aproveitamento dos Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — transferido, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto n.º 14/77, de 5 de Março, na mesma categoria e situação para o quadro da Direcção-Geral da Animação Cultural do Ministério da Informação, Cultura e Desportos.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 19 de Janeiro de 1988).

De 8 de Janeiro de 1988:

Daniel Henrique Cardoso Mendes, técnico superior principal da Direcção-Geral da Administração Pública em comissão de serviço como director do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo — dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir da data em que for empossado como Director-Geral da Administração Local.

José Maria Pereira Neves, técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Estudos e da Reforma Administrativa — nomeado, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 152/79 conjugado com o artigo 35.º de Estatuto do Funcionalismo, para exercer em comissão de serviço o cargo de director do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo — CENFA.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 126.º do artigo 131.º, n.º 1 do orçamento da Secretaria de Estado da Administração Pública, (subsídio ao CENFA). — (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Janeiro de 1988).

Despachos do Camarada Director-Geral da Administração Pública, por delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 13 de Janeiro de 1988:

Isabel Helena Correia dos Santos, professora de posto profissionalizada (2.º nível, 2.ª classe) — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 6 de Outubro de 1974 a 31 de Maio de 1975	—	7	26
De 27 de Novembro de 1975 a 31 de Julho de 1976	—	7	5
De 23 de Outubro de 1976 a 5 de Agosto de 1977	—	9	13
De 9 de Outubro de 1977 a 31 de Dezembro de 1985	8	2	23
Total	10	3	7

De 15:

Maria de Anunciação Vaz Tavares, professora de posto profissionalizada (2.º nível, 2.ª classe) — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 26 de Novembro de 1975 a 31 de Julho de 1976	—	7	6
De 6 de Novembro de 1971 a 5 de Agosto de 1977	—	9	5
De 2 de Outubro de 1977 a 30 de Novembro de 1986	9	1	29
Total	10	6	10

Saturnina Tavares Costa Cardoso, professora de posto profissionalizada (2.º nível, 3.ª classe) — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 26 de Novembro de 1975 a 5 de Setembro de 1976	—	9	6
De 25 de Outubro de 1976 a 5 de Agosto de 1977	—	9	11
De 2 de Outubro de 1977 a 30 de Agosto de 1986	8	10	29
Total	10	5	16

Despacho da Camarada Inspectora-Geral do Ministério da Educação:

De 17 de Dezembro de 1987:

Adelaide Barbosa Barros Vicente, professora de posto escolar, colocada no concelho do Fogo — punida com a pena, do n.º 3 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, graduada em cinco (5) dias de multa.

Despacho do Camarada Director-Geral dos Assuntos Sociais, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 7 de Dezembro de 1987:

Teodora Félix Gomes Barbosa, técnica auxiliar de 2.ª classe (anunciadora social), da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, em serviço na Delegação dos Assuntos Sociais, na Praia — colocada na Delegação dos Assuntos Sociais do Fogo, a partir de 2 de Janeiro do ano em curso, por conveniência de serviço.

De 15:

Isabel Neves Mosso Magalhães, técnica social de 1.ª classe, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, em serviço na Delegação dos Assuntos Sociais do concelho de Santa Cruz/Pedra Badejo — transferida para a Delegação dos Assuntos Sociais do concelho de Santa Catarina.

Despachos do Camarada Director do Hospital Central da Praia, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 31 de Dezembro de 1987:

Manuela dos Reis Monteiro, técnica profissional de 2.º nível, 3.ª classe, da Secretaria-Geral do Governo — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 10 de Dezembro de 1987, que é do seguinte teor:

«O quadro clínico apresentado pela examinada não carece de evacuação para o exterior».

António Omar Lima, director das Alfândegas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 28 de Dezembro de 1987, que é do seguinte teor:

«Apresentado, Apto a retomar as suas actividades profissionais».

De 8 de Janeiro de 1988:

Djamila Fontes Afonso, filha do condutor da Agência Noticiosa Caboverdeana, Mário Humberto L. Afonso — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 7 de Janeiro de 1988, que é do seguinte teor:

«Apresentada».

Despacho do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 30 de Novembro de 1987:

Odete Maria Santos Silva, médica, da Direcção-Geral de Saúde, em serviço no Hospital «Baptista de Sousa» — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 26 de Novembro de 1987, que é do seguinte teor:

«Que deve permanecer em regime de convalescência até 31 de Dezembro de 1987.
Podendo retomar as actividades profissionais em regime moderado».

Extractos de contratos:

De 19 de Janeiro de 1987:

Monika Gfiller-Hobi — contratada, a título de cooperação técnica, para prestação de serviço, na Direcção-Geral de Saúde, como enfermeira pediatra, com direito ao salário mensal de 14 400\$ (catorze mil e quatrocentos escudos).

O presente contrato tem a duração de um ano, com efeitos a partir de 19 de Janeiro do ano findo, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos; de acordo com a cláusula contratual. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Janeiro de 1988).

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 26 de Novembro:

Tatiana Ivanovna Pina Garcia — contratada; a título de cooperação técnica, para prestação de serviço na Direcção-Geral de Saúde; como enfermeira; com direito ao salário mensal de 12 750\$ (doze mil setecentos e cinquenta escudos).

O presente contrato tem a duração de um ano; com efeitos a partir de 26 de Novembro do ano findo, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos, de acordo com a cláusula contratual. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Janeiro de 1988).

Lista provisória e definitiva dos candidatos ao concurso de provas práticas para efeitos de ingresso na categoria de 3.º oficial; nos quadros das Direcções-Gerais dos Assuntos Judiciários e dos Serviços Penitenciários, a que se refere o anúncio inserto no *Boletim Oficial* n.º 37/87, homologada pelo despacho do Camarada Ministro da Justiça, de 6 de Janeiro de 1988:

Candidatos admitidos:

Cecília Semedo Lopes e
Isabel de Almeida de Sousa Furtado:

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 46/87, pág. 725, o despacho do Camarada Ministro da Educação de 7 de Outubro de 1987; relacionado com a revalidação do contrato de prestação de serviço docente de Esmeraldo Luís Semedo Gomes, na Escola do Ensino Básico Complementar dos Picos, novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Contrato ...

Deve ler-se:

Revalidado o contrato, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro; conjugado com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 72/80, de 16 de Agosto.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 52/87, o despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas de 15 de Julho de 1987; respeitante à promoção de Dionísio Henrique Aniceto, novamente se publica:

Despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 15 de Julho de 1987.

Dionísio Henrique Aniceto — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de chefe de trabalho de 3.ª classe, da Direcção Regional de S. Antão das Obras Públicas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de Agosto de 1987).

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 52/87, de 26 de Dezembro do ano findo, a contagem do tempo de serviço respeitante a Hilário Frederico Mendes, electricista de 2.ª classe, do Centro de Máquinas e Equipamentos, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Director-Geral da Administração Pública, por delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 12 de Julho de 1987:

Hilário Frederico Mendes, electricista de 2.ª classe do Centro de Máquinas e Equipamentos do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — conta para efeitos de aposentação o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

A Administração Colonial Portuguesa:

Secretariado Administrativo:

	A	M	D
De 23 de Janeiro de 1964 a 26 de Julho de 1975	9	6	4
Aumento de 1/5 nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.	1	10	24
Total	11	4	28
Serviço militar	1	9	3
De 4 de Fevereiro de 1958 a 6 de Fevereiro de 1961	3	—	3
De 10 de Fevereiro de 1974 a 4 de Julho de 1975	1	4	3
Aumento nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo	1	2	24
Ao Estado de Cabo Verde:			
De 5 de Julho de 1975 a 31 de Dezembro de 1986	11	2	27
Total	18	10	

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, 21 de Janeiro de 1988. — Pelo Director-Geral, José Jorge Lisboa da Costa Santos, director de 2.ª classe.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

BANCO DE CABO VERDE

Praia (Santiago)

Direcção das Relações com o Estrangeiro
e do Controlo de Câmbios

Cotações de Câmbios

N.º 11/88

Em 19/1/88

Praça	Divisa	Compra	Venda
Africa do Sul	Rand	26\$69	30\$69
Alemanha... ..	Marco	39\$56	42\$73
América 1 e 2	Dólares	66\$26	71\$61
América 5 a 1 000	Dólares	66\$76	72\$11
Austria	Xelim	5\$62	6\$07
Bélgica	Franco	1\$77	2\$00
Canadá 1 e 2	Dólares	51\$34	55\$48
Canadá N. Grandes	Dólares	51\$84	55\$98
Dinamarca... ..	Coroa	10\$31	11\$13
Espanha	Peseta	0\$544	\$614
Finlândia	Markka	16\$27	17\$57
França	Franco	11\$74	12\$68
Holanda	Florim	35\$22	38\$04
Inglaterra	Libra	118\$03	127\$48
Itália	Lira	\$049	\$056
Japão... ..	Iene	\$469	\$530
Noruega	Coroa	10\$37	11\$20
Portugal	Escudo	\$482	\$521
Senegal	C.F.A.	\$229	\$247
Suécia	Coroa	10\$99	11\$87
Suíça	Franco	48\$50	52\$38

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 19 de Janeiro de 1988. — Pela Direcção, *Antão Lopes da Luz*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral da Indústria

DESPACHO

Porfíria Cândida Lima, proprietária residente na cidade do Mindelo, autorizada a exercer a actividade industrial de panificação no estabelecimento da Travessa da Igreja, na cidade do Mindelo em S. Vicente.

Direcção-Geral de Indústria, 7 de Janeiro de 1988: — Pelo Director-Geral, *Jorge Borges*, assessor.

(11)

Secretariado Administrativo da Praia

AVISO

De acordo com a Portaria n.º 40/87, publicado no *Boletim Oficial* n.º 29 de 18 de Julho de 1987, o Município da Praia comunica a toda a população desta cidade que se encontram na sala das sessões do Conselho Deliberativo para efeitos da consulta pública o Plano de Desenvolvimento da cidade da Praia.

A referida consulta pública poderá ser feita nos dias úteis entre as 8 e as 12 horas, por um período de 30 dias:

Secretariado Administrativo do Concelho da Praia, 13 de Janeiro de 1988: — O Delegado do Governo; *Emanuel Correia Pinto*.

(12)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

A Direcção-Geral dos Registos torna público que nos autos de alteração de nome em que é requerente *Paulina Ana Gertrudes*, solteira, doméstica, natural da freguesia de Nossa Senhora da Lapa — S. Nicolau, residente na Estância de Bráz, filha de José Miguel Nascimento, correm éditos de 30 dias a contar da 2.ª e última publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, convidando os interessados a deduzirem qualquer oposição sobre o pedido que consiste na seguinte modificação de nome:

Paula Ana Gertrudes para *Paulina Ana de Brito*, nome pelo qual é conhecida e tratada por todos desde o seu nascimento:

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, 21 de Dezembro de 1987. — O Director-Geral, *David Almir Ramos*.

(13)

RECTIFICAÇÃO

Por ter saído inexacto no *Boletim Oficial* n.º 52/87 de 26 de Dezembro, novamente se publica na parte que interessa o seguinte:

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de S. Vicente

Notário: JERÓNIMO CARDOSO DA SILVA

EXTRACTO

Certifico narrativamente que, por escritura de 12 de Novembro de 1987, lavrada de folhas 34 verso a 36 do livro de notas para escrituras diversos n.º 23/A, deste Cartório Notarial da Região de 1.ª classe, interviu como outorgante *Euseu Sousa Lopes*, sócio da Companhia Caboverdeana de Transportes Marítimos, Limitada, «TRANSMAR», que, em cumprimento do deliberado na Assembleia Geral, no dia 28 de Outubro de 1987, e declarou que reforça o capital mesma sociedade que se encontra matriculada sob o n.º 219 a folhas 133 do livro C-1.º — Registo Comercial — da Conservatória dos Registos da Região de 1.ª Classe de S. Vicente, com a quantia de 13 000 000\$ (treze milhões de escudos) em relação ao capital inicial que era de 2 000 000\$ (dois milhões de escudos).

Administração da Imprensa Nacional na Praia, 21 de Janeiro de 1988. — O Administrador, *Arnaldo Barreto Monteiro*.